

Entre silenciamentos e hierarquizações: representação de mulheres no material didático para o Ensino Médio da Seduc/MT.

Luís César Castrillon Mendes

Docente do curso de História da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR

Mitchel Druz Hiera

Docente do curso de Geografia da Universidade Federal de Rondonópolis – UFR

Coordenadores do Pibid Interdisciplinar História e Geografia

Livros e materiais didáticos, neste caso, da disciplina escolar História, têm feito parte do cotidiano de professoras(es) e estudantes, há, pelo menos, duzentos anos. Desde o início, sujeito a avaliações e aprovações por órgãos governamentais. Produtos da indústria cultural, complexos, carregam valores selecionam memórias e criam identidades.

O controle desses materiais se intensificou a partir das décadas iniciais do século XX. Precisamente, em 1929, a partir da criação do Instituto Nacional do Livro (INL), destinado a inspecionar efetivamente a produção de livros para a comunidade escolar. Uma década depois, em pleno Estado Novo, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). De acordo com Freitas e Oliveira (2013), essas iniciativas podem ser consideradas enquanto a primeira experiência republicana de relevo em termos de políticas públicas nacionais para o livro didático.

Naquele contexto, Francisco Campos, ocupante da pasta do Ministério da Educação e Saúde, havia instalado uma das mais profundas mudanças no sistema educacional brasileiro, com a obrigatoriedade do ensino seriado, sendo este, a partir de então, pré-requisito para o ingresso nos cursos superiores. Em 1942 surgiria a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que deu continuação a essas mudanças estruturais na educação, culminando na segunda reforma estrutural de abrangência nacional, promovida por Gustavo Capanema.

Em 1966, já no governo civil-militar, foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), cuja função era coordenar a produção, edição e distribuição de obras do gênero. Para sua implementação, houve financiamento vindo

do acordo MEC-USAID (*United States Agency for International Development*). Outros órgãos se seguiram como o Instituto Nacional do Livro Didático, em 1971, que administrava e gerenciava os recursos destinados à política educacional, tendo desenvolvido o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Em 1976 instituía-se a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), com a função de executar os programas relacionados com o livro didático, depois sucedida pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), fundada em 1983, que assumiu as responsabilidades para com o livro didático. (BEZERRA; LUCA, 2006)

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, traria inovações na política até então adotada, tal como a avaliação feita por especialistas iniciada a partir de 1996, além da sistematização e ampliação da distribuição do Livro Didático em âmbito nacional. Nos termos de Tânia de Luca,

O PNLD pode ser encarado como o ápice de um processo que, de forma institucional, possibilita às empresas envolvidas na edição desse tipo de material um mercado não apenas seguro e estável, mas em constante crescimento, num contexto em que a compra e venda de livros didáticos correspondem a mais de 60% do total das atividades (LUCA, 2009, p. 171-172).

O PNLD, dessa forma, pode ser entendido como parte de uma política pública priorizada pelo governo federal através do Ministério da Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) que normatizam escolha, compra, lançamento de editais e avaliação dos Livros Didáticos (Cf. OLIVEIRA, 2013 e BEZERRA; LUCA, 2006).

O livro didático, como portador de narrativas que evidenciam/silenciam identidades, memórias, histórias, literaturas e simbologias, muitas vezes se torna o único livro “lido” por grande parcela da população brasileira. Dessa maneira, faz-se imprescindível que o combate a estereótipos, discriminações, silenciamentos e violências sofridas por grupos silenciados ou discriminados comece na educação básica, por meio de problematizações das narrativas veiculadas nos livros didáticos.

Esse processo de aquisição e distribuição de materiais didáticos em nível nacional, foi interrompido no estado de Mato Grosso, em 2021, com o acordo estabelecido pelo governo do estado com a Fundação Getúlio Vargas, com a finalidade de substituição do material didático pelas apostilas denominadas “Sistema Estruturado

de Ensino na Educação Básica do Estado de Mato Grosso”. O discurso, enfatizava a necessidade de melhorar a qualidade do ensino e dos estudantes da rede estadual¹.

De acordo com Lúcia Fenerich, o contrato previa a implantação do sistema, com duração de cinco anos, cujo início seria partir do primeiro semestre de 2022, com investimentos na ordem de R\$ 549 milhões de reais para atender as 727 escolas estaduais. Essa alteração representou aos cofres estaduais um custo inicial médio de R\$ 192,00 reais por aluno/ano². Segundo a Secretaria de Educação, o sistema seria similar ao utilizado nas melhores escolas particulares do país, o Sistema Maxi de Educação, organizado em materiais apostilados didáticos pedagógicos contendo 13 componentes curriculares, em todas as áreas do conhecimento e conteúdo programático de abrangência nacional e regionalizado, seguindo os padrões instituídos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCNs) e o Documento de Referência Curricular de Mato Grosso (DRC-MT) (FENERICH, 2024, p. 41).

Ainda de acordo com a historiadora, essa renúncia ao Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e a implantação do Sistema Estruturado de Ensino da FGV foi realizada sem uma ampla discussão, além da má gestão dos recursos públicos o governo de Mato Grosso e a SEDUC atropelaram os princípios da gestão democrática garantidos por lei, ignoraram as entidades públicas e civis que atuam em defesa da educação pública gratuita, desconsideraram o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares e retiraram a autonomia pedagógica das escolas e dos professores (idem).

Diante desse contexto de reformas educacionais, instabilidades e adaptações, este texto objetiva analisar algumas representações, nos termos de Roger Chartier (1990) e Pesavento (2012), de mulheres nas apostilas do sistema da FGV, bem assim as mudanças ocorridas com a mudança do material didático utilizado nas escolas do estado de Mato Grosso.

¹ Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/> . Acesso em 04/07/2023.

² Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/-/18586235-governo-firma-contrato-com-a-fgv-e-implementa-metodo-de-ensino-inovador-na-rede-estadual/> . Acesso em 04/07/2023.

Vale lembrar que Mato Grosso é o único ente da federação a adotar um programa próprio, ignorando todo histórico de uma política pública de estado sobre aquisição e compra de material didático para escolas públicas³.

A empresa que venceu a licitação foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV/DGPE), que passou a fornecer às escolas da rede estadual de ensino as apostilas e materiais do MAXI Sistema de Ensino, pertencente ao grupo SOMOS educação, um braço de negócios da COGNA Educacional, maior grupo privado de educação do Brasil (anteriormente KROTON Educacional).

Na mudança dos materiais adotados nas escolas públicas de Mato Grosso, algumas constatações são pertinentes. Em primeiro lugar, a forma de aquisição. O PNLD, enquanto um programa nacional, envolve um processo de inscrição das coleções concorrendo a editais específicos, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. As obras são avaliadas por especialistas da área e o descumprimento das exigências pode acarretar na desclassificação das mesmas. Além disso, um guia contendo as resenhas das avaliações é disponibilizado aos professores, os quais podem escolher quais coleções serão utilizadas nas suas aulas.

O Sistema Estruturado de Ensino, por sua vez, reflete políticas de aquisição por parte de um estado da federação, via Secretaria de Estado de Educação. Não há repasse por parte da união. A avaliação do material ocorre dentro do processo licitatório, por uma comissão técnica nomeada, através de portaria, pelo secretário de educação⁴. Além disso, nas apostilas do material estruturado, o custo por aluno é mais elevado: de 50,00 a 80,00 do PNLD⁵ (conforme ciclo e ano de distribuição) aumenta para R\$ 190,00 do material estruturado⁶. O pior é que a supervisão da produção e circulação desse material de forma interna e centralizada, a partir de um único complexo editorial, tende a reduzir a multiplicidade de abordagens e a consolidar apenas a narrativa predominante.

A análise das representações das mulheres no material didático estruturado para o ensino médio, estampa um panorama bem assimétrico, na medida em que se constata uma significativa sub-representação das mesmas. Com base em Scott (1991 e 1992), o

³Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjFhMjY3ZTgtZDFmZC00OGJjLWFjNTgtYWRiNDZkYTViNGNlIiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWJzLTcwYmRiNmY0NTIkNSJ9> Acesso em 10/10/2025.

⁴ Disponível em: http://sigeduca.seduc.mt.gov.br/gad/hwmlicarquivos_site.aspx?550,HWTLCIAviso_site Acesso em 10/10/2025.

⁵

⁶ Disponível em: [SEDUC](#) Acesso em 17/10/2025.

termo gênero se refere à diferenciação social que atribui papéis culturais e históricos ao posicionamento dos sujeitos, independentemente de qualquer extrato biológico, podendo desdobrar-se em diferentes sistemas articulados com categorias a exemplo de posição social, “raça” e classe. Dessa forma, torna-se pertinente privilegiar a existência de múltiplas identidades ao invés de uma identidade única e homogeneizadora para as diferentes configurações de pessoas. Essa constatação trouxe à tona um debate que torna possível articular o gênero na qualidade de categoria de análise, o que constitui a opção metodológica adotada neste texto.

Na componente curricular História para o ensino médio, nos cadernos do primeiro ano, por exemplo, tem-se a seguinte configuração: das 151 páginas, dos 4 cadernos bimestrais, apenas um total de 80 linhas fazem menção às mulheres. Isso mesmo, oitenta “linhas”. O texto sequencial mais longo, em que aparecem mulheres é de apenas meia página. Esse fato evidencia representações desiguais entre os gêneros e, de forma fragmentada ao longo da coleção. Essa não-presença feminina na narrativa ignoram o protagonismo e as contribuições das mulheres na história e na sociedade ao longo do tempo. Além disso, reforça a falta de equidade na educação básica, justamente onde o combate a ausências, marginalizações e estereotipizações de grupos historicamente negligenciados deveria começar.

Nos cadernos do segundo ano, essa assimetria aumenta. Das 170 páginas, verifica-se que irrisórias 63 linhas são destinadas às mulheres. O texto sequencial mais longo não ultrapassa meia página, indicando uma persistência na marginalização das mulheres nos conteúdos escolares, o que reforça uma narrativa histórica e cultural que não reconhece adequadamente o papel das mulheres.

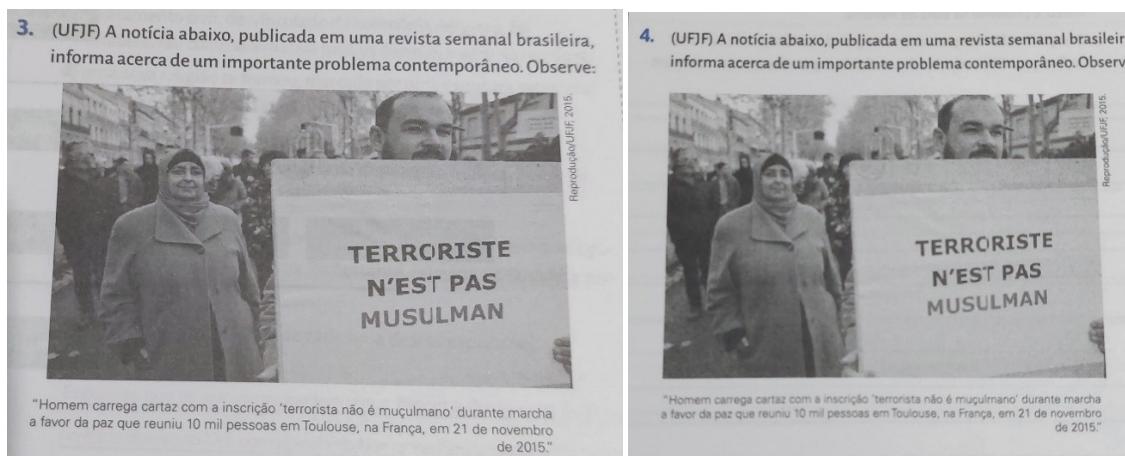
Já os do terceiro ano apresentam uma ligeira, porém insignificante, melhora em comparação aos cadernos dos primeiro e segundo anos. Das 202 páginas, verifica-se que 157 linhas se referem às mulheres. O texto sequencial mais longo encontrado, de duas páginas, também é bastante modesto frente ao volume total de páginas do material. Fundamentado nesse panorama, no material didático, ainda predomina a narrativa androcentrada, machista e misógina, relegando a mulheres espaços hierarquicamente selecionados.

Sobre as narrativas imagéticas do material didático estadual, que serão objetos de análise a seguir, poucas evidenciam as mulheres enquanto protagonistas e,

ainda assim, desconectadas da narrativa verbal. Para este breve texto foram selecionadas algumas delas, como segue:

Ao longo dos quatro cadernos do primeiro ano, encontram-se 6 ilustrações em que aparecem mulheres, sendo que em 4 delas não há ligação com a narrativa verbal/principal. Uma dessas imagens, na seção Atividades Propostas, mesmo repetidas, nos cadernos 2 e 4, no material, a figura da mulher, nos dois casos passa despercebida, tanto na legenda da imagem quanto na atividade proposta:

Figura 1:



Fonte: Maxi: Ensino Médio, 2023, Primeiro Ano - Caderno 2, p. 27 e Caderno 4, p. 42.

Trata-se de uma atividade que se repete nos cadernos 2 e 4 do Primeiro Ano. Os textos verbais enfatizam que o “homem carrega cartaz com a inscrição terrorista não é muçulmano, durante marcha em favor da paz, na cidade de Toulouse, na França, em 2015”. Na imagem, a mulher está presente, porém não há menção alguma. Mais uma vez ela passa despercebida, perde-se, assim, a oportunidade para dar visibilidade ao histórico de lutas, reivindicações e participação política.

No Segundo Ano, 8 ilustrações trazem as mulheres, nas quais 3 não as relacionam ao texto verbal. Dentre elas, selecionou-se uma imagem:

Figura 2:



Fonte: Maxi. Ensino Médio, 2023, Segundo Ano - Caderno 2, p. 2.

Tal como na representação anterior, não há menção, identificação e nem explicação sobre a participação das mulheres na fotografia. Na legenda diz-se que são “governantes da África”, sem nomeá-los. Não há menções à data do registro da fotografia ou à data da realização do evento. Seriam elas também governantes? seriam esposas de alguns deles?

No Terceiro Ano, têm-se um total de 22 imagens, das quais 15 sem relação com a narrativa textual. Tal aumento pode sinalizar uma estratégia para que o material didático pareça estar eticamente adequado e produza uma sensação de promoção de igualdade e diversidade. No entanto, desconectadas de uma contextualização adequada, que articule representações visuais com elementos textuais, as imagens reforçam a marginalização das mulheres enquanto agentes históricas bem assim discriminações e estereótipos de gênero.

Um exemplo típico é a associação das mulheres a determinadas profissões:

Figura 3:



Reprodução/Museu Casa de Memória dos Ex-Combatentes, Brasília, DF.

Enfermeiras da FEB destacadas para atender combatentes feridos no Hospital de Evacuação, em Pistoia, Itália, em março de 1945.

Fonte: Maxi: Ensino Médio, 2021, Terceiro Ano - Caderno 3, p. 10.

Essa narrativa visual reforça o estereótipo de se associar as mulheres a determinadas profissões tradicionalmente vistas como “femininas” e condizentes com “suas habilidades”, tais como enfermeiras, enquanto que profissões mais glamourosas como medicina, ou profissões mais técnicas ou de liderança e visibilidade são associadas aos homens. Estes estereótipos vão ao encontro do lugar reservado a mulher, qual seja, um lugar de submissão. Ao reproduzir essas representações, o material didático contribui para a manutenção das desigualdades no imaginário coletivo e nas microestruturas de poder.

Outro exemplo da reprodução de estereótipos consubstancia-se em um anúncio da década de 1960, no contexto do milagre econômico enfatizando o crescimento da indústria automobilística.

Figura 4:



NOVO TOQUE DE ELEGÂNCIA NA MODERNA PAISAGEM BRASILEIRA

Fonte: Maxi. Ensino Médio, 2021, Terceiro Ano ano, caderno 3, p. 59.

Na representação, há duas mulheres, tendo como pano de fundo a recém construída cidade de Brasília, e uma legenda que ressalta o “toque de elegância da moderna paisagem brasileira”. A ilustração revela o uso comercial da imagem da mulher como símbolo de requinte e desenvolvimento. Tal representação, a exemplo dos dias atuais, remete à objetificação das mulheres e do corpo feminino, aqui representadas como objetos de desejo e de consumo dos potenciais compradores, quais sejam, os homens que, ao comprarem o carro, certamente irão conquista-las.

A próxima representação evidencia o lugar destinado à mulher na sociedade:

Figura 5:



Reprodução: Arquivo do Congresso, Washington, EUA.

Eletrodomésticos, telefone, carro e rádio foram alguns dos itens de consumo que passaram a representar o sucesso e a felicidade da classe média estadunidense, a partir da década de 1920.

Fonte: Maxi. Ensino Médio, 2021, Terceiro Ano ano, caderno 2, p. 19.

Apesar de fazer menção aos Estados Unidos, na década de 1920, contexto de crise e recessão, nos antecedentes da quebra da bolsa de valores de Nova York, a imagem aborda o conforto do lar, representada pela mulher ocupando o espaço a ela destinada. Esse tipo de representação reforça o papel social das mulheres enquanto subalternas nos espaços públicos e no mundo do trabalho, porém, destinadas a esfera do privado.

Figura 6:



Reprodução: Etnem, 2017.

Fonte: Maxi. Ensino Médio, 2021, Terceiro Ano, caderno 3, p. 42.

A ilustração anterior, sobre a temática da Segunda Guerra Mundial, demonstra, mais uma vez, a estereotipização da mulher, agora, diante de uma ameaça externa. Sob o título “Este é o inimigo”, a evidência recai sobre a caricatura de um soldado japonês. A imagem visivelmente evidencia estereótipos de gênero, com a representação de uma mulher frágil e em pânico, diante de uma figura caricata, representando o inimigo.

Após o percurso perscrutando histórias das mulheres em materiais didáticos, constata-se que a mulher ainda tem sua participação bem reduzida nas narrativas didáticas, seja no material do Programa Nacional do Livro Didático – MEC/FNDE, seja no material do Sistema Estruturado de Ensino - SEDUC/MT.

O estado de Mato Grosso⁷, o único da federação que adotou um material apostilado, centralizando o controle sobre a produção e distribuição dos materiais didáticos utilizados nas escolas públicas, abriu mão de um programa de âmbito nacional, longevo que, apresentava problemas, porém, pelo menos passava por um sistema de avaliação por profissionais das diversas áreas do saber e com um menor custo por estudante. Além disso, havia possibilidade de escolha por parte dos professores e professoras na educação básica, bem assim um Guia com resenhas críticas sobre as coleções aprovadas.

O fato é que a pouquíssima presença de mulheres nas narrativas históricas continua a ser preocupante, da mesma forma que as condições sob as quais elas são veiculadas. Sujeitas a hierarquizações, desvalorizações, discriminações, estereotipizações, despolitizações e determinações por um paradigma androcentrado que descarta qualquer possibilidade de equidade de gênero.

Materiais didáticos utilizados na educação básica deveriam combater essas condições, na medida em que o combate a qualquer tipo de preconceito, discriminações e estereótipos deveria começar desde cedo. A luta continua, no chão da escola, constatada no dia a dia nas salas de aulas da educação básica, nas quais pelo voluntarismo e pela dedicação e compromisso sócio-político, professoras e professores desconstroem essas representações e buscam propor outras possibilidades, categorias de análise e protagonistas, tais como as mulheres que

⁷ Conferir: Distribuição PNLD Ensino Médio 2026-2029. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjFhMjY3ZTgtZDFmZC00OGJjLWFjNTgtYWRiNDZkYTViNGNlIiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWIZLTcwYmRiNmY0NTlkNSJ9> Acesso em 17/10/2025.

apesar de sempre se fazerem presentes, foram silenciadas na e pela historiografia tradicional.

Fontes

Maxi: Ensino Médio: 1^a; 2^a e 3^a séries: Cadernos 1, 2, 3 e 4: Multidisciplinar/obra coletiva. São Paulo: SOMOS Sistemas de Ensino, 2023.

Referências Teóricas

BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da qualidade: PNLD de História – 1996-2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **Livros Didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006, p. 27-53.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

FENERICH, Lúcia Marestone. **As histórias que não te contaram**: representação das mulheres nos materiais didáticos de História do Sistema Estruturado para o Ensino Médio em Mato Grosso. Dissertação. Mestrado Profissional em História. Cuiabá – MT, 2024.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Historiografia didática e prescrições estatais sobre conteúdos históricos em nível nacional (1938-2012). **Revista Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, vol. 6, n. 3, p. 06-24, dez. 2013.

LUCA, Tânia Regina de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos [et al]. (Orgs.). *A História na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 151-172.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a construção do saber histórico escolar. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério et al. **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o Livro Didático de História**. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 2013, p. 357-372.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte. Autêntica, 2012.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 63-95.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 93, 1995.